

Curso/Disciplina: Direito Civil Objetivo

Aula: Direito Civil Objetivo – Juros - 44

Professor(a): Rafael da Mota Mendonça

Monitor(a): Bruna Paixão

Aula nº. 44

JUROS

INADIMPLEMENTO ABSOLUTO OU RELATIVO – ART. 389 E 395

ENCARGOS DO INADIMPLEMENTO – perdas e danos, juros, correção monetária e honorários advocatícios.

JUROS QUE DECORREM DO INADIMPLEMENTO:

A) MORATÓRIOS – são aqueles que decorrem do inadimplemento obrigacional. São uma forma de obrigar o devedor a pagar, é uma forma coercitiva. Art. 389 e 395, Código Civil.

B) COMPENSATÓRIOS – são aqueles que visam compensar o tempo em que o credor ficou com a coisa indisponível, são aqueles que visam remunerar o credor pelo tempo que ele ficou sem a coisa. É também conhecido como juros remuneratórios. Integram o valor da obrigação principal. Art. 591, código civil.

A taxa dos juros moratórios fixado em lei está prevista no art. 406, código civil.

O código civil de 1916 previa que a taxa de juros seria de 6% (seis por cento) ao ano. O código civil de 2002 remete para a legislação complementar a verificação do percentual de juros ao ano, a qual corresponde a taxa SELIC (sistema especial de liquidação e custódia).

Em alguns casos é convencionado o percentual de 1% (um por cento) ao mês, que está previsto no código tributário nacional (art. 161, §1º). a convenção desse percentual é aceito pelo STJ. Nos casos em que não ocorra a pactuação dos juros, é aplicável a taxa SELIC.

O STJ admite a convenção de 1% (um por cento) ao mês em virtude da taxa SELIC ser passível de várias críticas, dentre elas: ser variável, ser imposta unilateralmente pelo comitê de política monetária nacional, é uma taxa que visa fazer o controle de inflação e deflação, é uma taxa que tem cunho político elevado.

O art. 591, disciplina o contrato de mutuo feneratício – é um mutuo com fins econômicos. Características é a presença dos juros compensatórios.

LEGISLAÇÃO

CÓDIGO CIVIL

Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

[...]

Art. 395. Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado.

Parágrafo único. Se a prestação, devido à mora, se tornar inútil ao credor, este poderá enjeitá-la, e exigir a satisfação das perdas e danos.

[...]

Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

[...]

Art. 591. Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros, os quais, sob pena de redução, não poderão exceder a taxa a que se refere o art. 406, permitida a capitalização anual.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

§ 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês.

[...]